

Resumo de notícias econômicas

02 de julho de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 123

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 02 DE JULHO DE 2021

Países apoiam tributo global de 15% para múltis

FRANCE PRESS

Cento e trinta países chegaram ontem a um acordo histórico de reforma da tributação sobre empresas multinacionais, que inclui a adoção de um imposto sobre o lucro das empresas de “pelo menos 15%”. O Brasil é um dos signatários da proposta.

Em um acordo global histórico, um grupo de 130 países que inclui as maiores economias do mundo – entre elas, o Brasil – concordou em realizar uma reforma na maneira como as empresas multinacionais são tributadas, adotando um padrão internacional comum. A proposta inclui a adoção de um imposto mínimo sobre o lucro das empresas de “pelo menos 15%”. O acordo, costurado há anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ganhou força após receber apoio do governo do presidente dos EUA, Joe Biden. Segundo a OCDE, o pacto abrange as nações que formam 90% da economia mundial.

O objetivo das novas medidas é fazer com que as empresas multinacionais recolham impostos nos países onde elas, de fato, operam e geram seus lucros. Se avançar, a proposta terá um profundo impacto na tributação das gigantes da tecnologia, entre elas, Google, Facebook e Apple, que frequentemente registram lucros em países com imposto menor.

Com uma alíquota comum de pelo menos 15%, o imposto mínimo global poderia gerar cerca de US\$ 150 bilhões de receita fiscal adicional por ano em todo o mundo. “Depois de anos de trabalho árduo e negociações, este pacote histórico de medidas garantirá que as grandes empresas multinacionais paguem parte justa dos impostos”, disse o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann. O pacto foi firmado menos de um mês depois da cúpula do G7, na qual os países mais ricos concordaram com um imposto mínimo para as grandes multinacionais. Um pequeno grupo de países, como Irlanda e Hungria, não assinou a declaração, segundo lista fornecida pela organização. Mas a

China, cuja posição era há muito esperada, e os países geralmente considerados paraísos fiscais aderiram ao pacto.

“As multinacionais não serão mais capazes de colocar um país contra outro em um esforço para reduzir impostos e proteger seus lucros à custa da receita pública”, reagiu Biden em um comunicado. A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, disse que se tratava de “dia histórico para a diplomacia econômica”.

O comunicado conjunto, que se baseia no acordo alcançado no G-7 no início de junho, também prevê uma distribuição “mais justa” dos lucros entre os países onde as empresas estão sediadas e aqueles onde realmente operam, inclusive sem presença física.

“Esse plano de dois pilares será de grande ajuda para os países que precisam mobilizar a receita fiscal necessária para restaurar suas finanças e orçamentos públicos, ao mesmo tempo que investem em serviços públicos essenciais, infraestrutura e medidas necessárias para uma recuperação robusta e sustentável após a crise”, disse a OCDE. O secretário-geral da organização afirmou que o pacote de medidas não acaba com a competição tributária, nem pretende, “mas busca limitá-la de acordo com as regras acordadas multilateralmente”.

Os países participantes do acordo estabeleceram um prazo até outubro, quando está prevista uma reunião de cúpula do G20, para finalizar o trabalho técnico e preparar um plano de implementação. O objetivo é que a medida entre em vigor em 2023. O acordo alcançado em Londres, durante o G-7, deu um novo ímpeto às negociações, estagnadas durante a presidência de Donald Trump e reativadas com a chegada de Joe Biden à Casa Branca.

Acordo sinaliza força do Ocidente e volta do liberalismo controlado

O Estado de S. Paulo

Vinícius Rodrigues Vieira

*** PROF. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA FAAP E FGV**

Independentemente dos detalhes, o acordo anunciado para assegurar um imposto mínimo de 15% sobre os ganhos de multinacionais sinaliza que o Estado intervencionista está de volta após pouco mais de 30 anos de regulação mínima do capital.

Interessante notar que, tal como na origem do liberalismo controlado que predominou entre 1945 e 1980, o acordo foi posto na mesa pelo Ocidente. À China e demais emergentes do G-20 coube aceitar a proposta formulada no âmbito do G-7 e da OCDE. Por mais que Pequim relute, EUA e aliados ainda dão as cartas na política global.

Todavia, parece exagerado considerar que o acordo represente o fim da race to the bottom – ou seja, a competição entre nações por investimentos mediante a oferta de condições favoráveis a retornos maximizados. De fato, quanto menor o imposto, maior tende a ser o lucro das corporações e, assim, os dividendos dos acionistas.

No entanto, de nada basta impor limites fiscais enquanto a ausência de direitos trabalhistas, regras contra a exploração de minorias e de legislação ambiental robusta prevalecerem nos confins do capitalismo. A falta de efetiva regulação global nessas esferas afeta o retorno mais que a tributação.

Mais importante que os 15% é o outro pilar da negociação: um aumento – ainda a ser definido – da tributação no local de consumo, em detrimento das jurisdições onde empresas produzem ou estão registradas. Tal medida deve reduzir a competitividade de países que, na prática, funcionam como paraísos fiscais. Mesmo assim, não se deve negligenciar o poder estatal em oferecer uma espécie de renúncia indireta, que inclui o acesso a subsídios e tecnologia. Isso para não falar que não está claro como o acordo vai lidar com distorções de taxa local, sobre os quais países federados, como Brasil, não dispõem de poder imediato. A guerra fiscal entre países pode ter fim, mas, dentro deles, tudo indica que a batalha continua.

Maio tem abertura de 280 mil postos formais, indica Caged

O Estado de S. Paulo

Após perder fôlego em março e abril com a segunda onda da pandemia, a criação de vagas de emprego com carteira assinada voltou a acelerar em maio. Foram abertos 280.666 postos de trabalho formais no quinto mês do ano, de acordo com os dados do

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério da Economia.

O resultado de maio decorreu de 1,548 milhão de admissões e 1,268 milhão de demissões. Em maio de 2020, foram fechadas 373.888 vagas com carteira assinada. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, o saldo é positivo em 1,233 milhão de vagas. No mesmo período do ano passado, houve destruição de 1,144 milhão de postos formais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, considerou o resultado uma “excelente notícia”.

A abertura líquida de vagas de trabalho em maio foi novamente puxada pelo desempenho do setor de serviços no mês, com a criação de 110.956 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 60.480 vagas. Já a indústria geral criou 44.146 vagas em maio, enquanto houve um saldo de 42.526 contratações na agropecuária. Na construção civil, foram criadas 22.611 vagas.

O mercado financeiro já esperava um novo avanço no emprego no mês, mas o desempenho veio acima da maioria das estimativas dos analistas consultados pelo Projeções Broadcast. Para o economista da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, a melhora da situação sanitária no País impulsionou a reabertura da economia.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, adiantou que o governo não vê necessidade neste momento de prorrogação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), relançando em abril. O programa permite às empresas reduzirem salários e jornada ou suspenderem contratos. Em contrapartida, o governo paga um auxílio aos trabalhadores atingidos.

‘Vejo razões positivas com o curto prazo’

Broadcast

Economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi diz que, com base em uma revisão dos cenários econômicos feita pelo banco, a perspectiva da economia brasileira é de melhora no curto prazo, mas de cautela no médio prazo. A seguir, os principais trechos da entrevista.

- **Há muito otimismo em relação à recuperação econômica?**

Vejo razões mais positivas com o curto prazo porque tivemos uma melhora, estamos vendo a vacinação avançar e temos uma certeza maior de que estamos num processo gradual da fase mais crítica da pandemia. Ainda precisamos observar melhor como vai ser essa saída da pandemia.

- **O que será chave?**

Como vai se comportar esse ciclo de commodities, que é um dos elementos que ensejaram esse otimismo recente. O ciclo de commodities trouxe vantagens, mas trouxe um surto inflacionário importante.

- **Haverá pressão por reajuste dos servidores que estão com salários congelados?**

Já começamos a ver reivindicações sobre reposição inflacionária. Afinal, são dois anos em que o Brasil tem uma inflação acumulada de 10%. Uma percepção de que os ganhos são permanentes, e não fruto de um ciclo temporário de commodities, pode ensejar uma percepção de mais sobra de gasto do que efetivamente a gente tem. Se tivermos certos no nosso cenário sobre o ciclo de commodities, haverá normalização de preços até 2023.

- **Onde há exagero no otimismo com a recuperação?**

Estamos num choque cíclico para depois se acomodar e voltar a tendência de longo prazo. Os Estados Unidos já sinalizam que, no início do ano que vem no máximo, vão começar a tirar parte dos estímulos, e em 2023 devem voltar a subir a taxa de juros.

- **O que significa para o Brasil?**

Essa é janela de oportunidade que temos para normalizar a nossa política monetária (aumentar os juros) e fazer as reformas.

O protecionismo contido, mesmo na pandemia

Broadcast

Mesmo enfraquecida pela insistência com que o ex-presidente norte-americano Donald Trump procurou retirar-lhe funções e dificultar seu funcionamento, por meio do esvaziamento de seus principais órgãos colegiados de avaliação e julgamento de práticas comerciais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ter desempenhado um

importante papel para assegurar o fluxo mais livre de mercadorias e serviços durante a pandemia. Sua própria existência pode ter inibido a adoção de medidas protecionistas que teriam dificultado o comércio de insumos para a produção de vacinas contra a covid-19.

“O sistema multilateral de comércio provou mais uma vez seu valor”, afirmou a diretora da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, ao apresentar o relatório sobre as medidas relativas a comércio tomadas pelo G-20, o grupo dos 20 países mais desenvolvidos do mundo, entre outubro do ano passado e maio deste ano. A OMC, lembrou sua principal dirigente, já tivera papel relevante na redução dos danos à economia mundial decorrentes da crise financeira de 2008.

O relatório destaca que os países do G-20, bem como os demais membros da OMC, foram comedidos na adoção de medidas protecionistas durante a pandemia. Isso evitou a “aceleração destrutiva” do protecionismo que poderia ter prejudicado ainda mais a economia mundial, duramente atingida pela pandemia. O balanço mostra que os países do G-20 tomaram 140 medidas ligadas ao comércio de bens desde o início da pandemia. Dessas, 101, ou 72%, destinaram-se a facilitar o comércio; apenas 39, ou 28%, tinham natureza restritiva. Das medidas de estímulo à circulação de bens, 60% referem-se à redução de tarifas e taxas de importação. Os produtos mais beneficiados são os ligados às atividades médicas e sanitárias.

Outro avanço observado pelo relatório da OMC foi a intensificação da cooperação entre os países e maior coordenação das atividades entre governos e organizações intergovernamentais. Embora importantes, esses avanços não afastam a ameaça à economia global trazida pela pandemia. A produção de vacinas, diz a OMC, tem sido lenta e sua distribuição, muito desigual. “A recuperação do comércio não será sustentável enquanto não se assegurar acesso equitativo às vacinas”, advertiu a diretora-geral da OMC.

Nubank escolhe bancos para IPO até o fim do mês

Broadcast

Os bancos de investimento consultados para participar do consórcio que levará adiante o IPO do Nubank se surpreenderam com algumas exigências feitas pela fintech

no chamado requerimento por propostas (RFP, também do inglês), classificado como “bastante completo”. As demandas são equiparáveis às de grandes empresas internacionais, como as do Google em seu IPO. A previsão é que os bancos sejam escolhidos ainda neste mês. Uma dessas exigências seria que, para participar do IPO, os bancos deveriam colocar o Nubank como concorrente efetivo, em processos de futuros lançamentos de ações e renda fixa (como emissão de títulos de dívida, por exemplo) dos quais participassem. A resposta prevista até agora tem sido de que farão “o melhor esforço possível nesse sentido”, mas que é impossível garantir a participação da fintech em disputas que não lhes pertence, mas, sim, a um cliente.

No fim do dia, a aposta é que serão selecionados os bancos de investimento com melhor posicionamento no exterior, já que a oferta deve ser feita na Nasdaq, a Bolsa de tecnologia dos EUA. Também os que têm bom histórico de trazer precificação adequada, valuation e proximidade com o setor tecnológico. Procurado, o Nubank não comentou.

Investimentos na Área de Logística

Broadcast

A Tarpon prepara a abertura de capital da NSTech, plataforma de tecnologia para logística, que acaba de se fundir com a Praxio, empresa de software para gestão de transporte rodoviário. Dentro dessa estratégia, os sócios investidores fizeram um aporte na companhia de R\$ 500 milhões. A NSTech vai usar a maior parte do dinheiro (65%) e mais R\$ 150 milhões de um empréstimo para financiar aquisições, de fintechs e softwares. A meta é crescer no Brasil e América Latina. O plano é que o IPO ocorra em dois anos, segundo o sócio da SK Tarpon, Vasco Oliveira. Bancos de investimento têm procurado a empresa que, por enquanto, prefere esperar. Os atuais controladores pretendem seguir na NSTech, que este ano deve faturar perto de R\$ 340 milhões, após o IPO.

O aporte da NSTech será feito pela SK Tarpon por meio da Niche Partners - polo da gestora que prioriza investimentos em empresas de nicho - e pela Greenbridge, gestora de private equity que investe globalmente em tecnologia.

Inter tira ‘banco’ do nome e aposta em superapp

Broadcast

Enquanto gigantes como o Magazine Luiza incluem serviços financeiros em suas plataformas, o Inter vai investir parte dos R\$ 5,5 bi que captou para turbinar o Inter Shop, além de integrar serviços com a Stone. O Inter não retirou a palavra “banco” do seu nome por acaso. Capitalizado após a oferta de ações em que levantou R\$ 5,5 bilhões – sendo R\$ 2,5 bilhões vindos da companhia de pagamentos Stone –, a instituição controlada pela família Menin, que também é dona da construtora MRV, quer potencializar os negócios fora do banco digital.

Em um momento em que varejistas como o Magazine Luiza tentam expandir seu superapp com opções de serviços financeiros, o Inter acirra a disputa com seus concorrentes (bancos tradicionais, fintechs e varejistas) indo no caminho contrário. No curto prazo, a maior via de crescimento deve vir do Inter Shop, plataforma de vendas que fica dentro do aplicativo do banco. A ideia é potencializar o Inter como aplicativo em um momento agitado para os bancos digitais. Em junho, o Nubank levantou US\$ 1,15 bilhão em aporte, dinheiro que inclui a participação do guru Warren Buffett, da Berkshire Hathaway, o que fez a empresa ser avaliada em US\$ 30 bilhões. Já o C6 Bank atraiu o banco americano JP Morgan para comprar 40% da empresa por R\$ 10 bilhões, apurou o Estadão.

A aposta do Inter tem razão de ser. No primeiro trimestre, foram R\$ 675,9 milhões em vendas brutas dentro do aplicativo. Neste mês, o banco vai estreitar um app exclusivo para o Inter Shop, que tem entre os seus principais atrativos um agressivo programa de cashback. Não será mais necessário ser cliente do banco para comprar pela plataforma.

Dessa maneira, o Inter quer aumentar o número de clientes da plataforma. Isso porque, segundo Helena Caldeira, diretora financeira e de relações com investidores do Inter, a quantidade de pessoas que fazem o download do aplicativo é muito maior do que a de contas abertas. Em maio, por exemplo, houve 2 milhões de downloads, mas só 625 mil contas abertas.

“Todos os serviços do Inter Shop estarão disponíveis para os clientes, mas também queremos dar a opção no aplicativo de funcionalidades como crédito e conta

corrente. Se ele se interessar, vai clicar no aplicativo e ser convidado a abrir uma conta”, diz ela. O crédito, aliás, será uma importante avenida de crescimento para o Inter Shop.

A empresa também está de olho em segmentos como o de seguros – nesta semana, fechou acordo com a Qualicorp para ofertar planos de saúde. Além disso, vai integrar os clientes das “maquininhas” da Stone em sua plataforma de vendas. Aquisições estão também no radar. Com R\$ 5,5 bilhões disponíveis, o Inter está em busca de outros segmentos. Por trás de todas essas medidas, segundo a executiva, está a intenção de sustentar uma possível migração do Inter para a Bolsa americana de tecnologia Nasdaq. Para Carlos Daltozo, líder de renda variável da casa de análises Eleven, com a recente capitalização dos bancos digitais, a disputa por aquisições entre eles será cada vez mais acirrada – e o foco não deve ser só pequenas startups.

Em 2021, as ações do Inter subiram 140%. O BTG Pactual acredita que os papéis têm espaço para subir mais 15% até o fim do ano. Um dos argumentos do analista Eduardo Rosman é de que é bem factível que o banco Inter chegará a 15,5 milhões de clientes até o fim do ano.

Para 2024, Rosman vê espaço para que o banco tenha quase 22 milhões de clientes e chegue a um portfólio de crédito de R\$ 78 bilhões. Como base de comparação, o Inter encerrou o primeiro trimestre com R\$ 10,3 bilhões em empréstimos e 10,2 milhões de clientes.

Mercado Bitcoin recebe aporte de R\$ 1 bi

Broadcast

O fundo Softbank fechou acordo para investir US\$ 200 milhões (R\$ 1 bilhão) na plataforma de criptomoedas brasileira Mercado Bitcoin. Este é o maior aporte do fundo no setor na América Latina. Com o investimento, o grupo 2TM, holding que controla o Mercado Bitcoin, passa a ser avaliado em US\$ 2,1 bilhões – tornando-se o oitavo unicórnio mais valioso da América Latina. O Mercado Bitcoin vai utilizar esses recursos para alcançar cerca de 700 funcionários até o fim de 2021. Outra meta é o crescimento de empresas do grupo, como a carteira digital Meubank e a Bitrust – ambas em fase de aprovação pelo Banco Central e CVM, respectivamente. Dos 2,8 milhões de clientes que possui atualmente, 700 mil chegaram este ano. Durante o mesmo período, a plataforma

alcançou R\$ 25 bilhões em volume transacionado, mais do que todo o valor registrado nos sete primeiros anos do negócio.

Com o novo aporte na dona do Mercado Bitcoin, a XP Investimentos atualizou o preço-alvo para a G2D Investments de R\$ 7 para R\$ 9 por ação. A G2D, veículo de investimento controlado pela GP Investments e focado em empresas de inovação, possui cerca de 3,5% do capital social da negociadora de criptoativos.

Balança tem saldo recorde em junho

Broadcast

Com a alta internacional de preço dos principais produtos vendidos pelo Brasil e a recuperação da economia interna, a balança comercial registrou superávit de US\$ 10,372 bilhões em junho. Trata-se do maior saldo da série histórica, que teve início em 1989.

Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia. Em junho de 2020, o resultado também foi positivo – em US\$ 6,502 bilhões. As exportações somaram US\$ 28,104 bilhões, uma alta de 60,8% ante junho de 2020. Já as importações chegaram a US\$ 17,732 bilhões, um avanço de 61,5% na mesma comparação.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
Quantidade	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP